



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 01/11/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		126.241.778,06	56.692.524,09	PASSIVO CIRCULANTE		93.617.205,27	11.180.803,17
Caixa e Equivalentes de Caixa		32.051.248,91	25.900.050,49	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		73.359.987,10	1.906,46
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		53.901.765,72	16.348.574,83	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		17.128.176,48	10.081.703,33
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		40.216.337,74	14.402.932,29	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		72.425,69	40.966,48	Provisões a Curto Prazo		-	-
				Demais Obrigações a Curto Prazo		3.129.041,69	1.097.193,38
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.060.605.852,65	1.062.866.909,12	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		86.101.511,97	86.101.511,97
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,35	5.029.553,44	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		86.101.511,97	86.101.511,97
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		0,35	0,35	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	01.001	179.718.717,24	97.282.315,14
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-				
Imobilizado		1.060.206.217,85	1.057.474.803,69				
Bens Móveis		256.200.106,69	265.854.001,96				
Bens Móveis		300.581.039,91	303.587.922,23				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-44.380.933,22	-37.323.828,62				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-410.091,65				
Bens Imóveis		804.006.111,16	791.620.801,73				
Bens Imóveis		807.450.933,48	792.581.417,44				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-3.444.822,32	-960.615,71				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível		399.634,45	362.551,99				
Softwares		399.634,45	345.641,99				
Softwares		399.634,45	423.448,25				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-77.806,26				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	16.910,00				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	16.910,00				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01.001	1.007.128.913,47	1.022.277.118,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 01/11/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
Diferido		-	-				
TOTAL DO ATIVO	01.001	1.186.847.630,71	1.119.559.433,21	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01.001	1.186.847.630,71	1.119.559.433,21

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	32.051.248,91	25.900.050,49	PASSIVO FINANCEIRO	344.099.636,87	151.623.069,78
ATIVO PERMANENTE	1.154.796.381,80	1.093.659.382,72	PASSIVO PERMANENTE	159.890.804,73	87.389.654,72
			SALDO PATRIMONIAL	682.857.189,11	880.546.708,71

Quadro de Compensações

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		116.824.946,35	106.409.085,37	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		298.072.013,61	229.309.817,23
Execução dos Atos Potenciais Ativos		116.824.946,35	106.409.085,37	Execução dos Atos Potenciais Passivos		298.072.013,61	229.309.817,23
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		18.163.221,19	13.442.622,73	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong		92.710.576,27	85.980.535,75	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congê		-	-
Direitos Contratuais a Executar		5.951.148,89	6.985.926,89	Obrigações Contratuais a Executar		298.072.013,61	229.309.817,23
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
TOTAL	01.001	116.824.946,35	106.409.085,37	TOTAL	01.001	298.072.013,61	229.309.817,23

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	N. E.	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-48.272.910,13
Recursos Vinculados		-263.775.477,83
Educação		-191.347.008,96
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-77.254.657,20
Alienação de Bens e Direitos		38.030,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		6.256.074,20
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-1.467.915,87
TOTAL	01.001	-312.048.387,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO 01/11/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

01.001 - Nota Explicativa - Balanço Patrimonial 2017.3 - Inclusão de Nota Explicativa do Balanço Patrimonial referente ao terceiro trimestre de 2017. (arquivo em anexo)



1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF) e V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

(m.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(m.2) Resultado orçamentário



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(m.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

3. Créditos a Curto prazo

Este grupo de contas apresenta um saldo 230%, maior quando se compara o saldo de 30/09/2017 com o saldo de 31/12/2016. Esta variação significativa é decorrente principalmente da contabilização do Adiantamento de Décimo Terceiro Salário no Mês de Junho/2017. Este valor será baixado quando do pagamento da segunda parcela do décimo terceiro juntamente com a Folha de Pagamento de Pessoal do Mês de Novembro/2017.

4. Estoques

Do saldo deste grupo do ativo, aproximadamente 95% são referentes às Unidades Gestoras do Hospital Universitário Walter Cantídio e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand. Isso acontece porque as mesmas tiveram seus lançamentos mensais de saída de materiais feitos com base no Relatório Mensal do Almoxarifado (RMA) interrompidos a fim de que sejam corrigidas informações inconsistentes geradas pelo sistema de gerenciamento de estoques utilizado pelas Instituições. Sendo assim, os saldos atuais não expressam os estoques das Instituições. A restrição foi evidenciada na conformidade contábil de ambas Unidades Gestoras. O saldo deste grupo de contas aumentou 179,22% quando se compara o saldo em 30/09/2017 com o final do ano de 2016.

5. VPD's Pagas Antecipadamente

Os valores registrados neste grupo são referentes à prêmios de seguros pagos antecipadamente na Unidade Gestora do Hospital Universitário, como o pagamento é feito de forma antecipada, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas mensalmente. Assim, a medida que o valor deste grupo de contas vai sendo baixado é registrada como contrapartida uma VPD (Seguros em Geral). Sistemática semelhante ocorre com o valor referente a assinatura de revistas e periódicos no âmbito do Hospital Universitário e da Maternidade Escola.

6. Ajustes para Perdas – Valores a Receber

Conforme recomendação do Manual Siafi – Macrofunção 020342, os ajustes para perdas estimadas em créditos a receber foram calculados tendo como base o histórico de recebimentos passados. O cálculo foi individualizado por Conta Contábil. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

Em termos matemáticos: Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber).



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

A seguir são apresentadas tabelas com a memória de cálculo da perda estimada. Utilizou-se o histórico de recebimentos dos anos de 2014, 2015 e 2016. Para algumas contas, por não haver movimentação durante os três últimos exercícios, utilizou-se o histórico do período em que a conta apresentou movimentação.

Os valores das perdas estimadas são recalculados mensalmente com base no histórico de perdas dos últimos três anos.

Tabela 1 – Valores médios a receber

Descrição da Conta	Valores médios a receber		
	2016	2015	2014
= ALUGUEIS A RECEBER	136.654,47	168.741,29	204.875,94
= CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES	2.635.864,87	850.650,17	255.578,60
= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	27.823,96		
= OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO	33.000,00	-	-
= ALUGUEIS A RECEBER - INTER ESTADO	284.907,29	284.907,29	-
= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	254.856,18	-	-
= CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	242.669,25	-	-
= DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	5.056.883,00	3.387.648,74	2.590.166,22
	8.672.659,02	4.754.457,12	3.050.620,76

7. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. No ano de 2017, foi formada comissão permanente de avaliação de bens móveis que passou a, para os bens adquiridos de forma gratuita, realizar avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/09/2017, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 1.060.206.217,85 relacionados ao imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, para os períodos de setembro/2017 e dez/2016.



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

Tabela 2 – Imobilizado – Composição.

	R\$		
	30/09/2017	31/12/2016	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	300.581.039,91	303.587.922,23	-0,99%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-44.380.933,22	-37.323.828,62	18,91%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0	-410.091,65	100,00%
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	807.450.933,48	792.581.417,44	1,88%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.444.822,32	-960.615,71	258,61%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.060.206.217,85	1.057.474.803,69	0,26%

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

7.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão em 30/09/2017 totalizavam R\$ 256.200.106,69 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Bens Móveis - Composição

	R\$		
	30/09/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	117.741.005,91	118.503.809,35	-0,64%
Bens de Informática	35.066.475,06	34.063.170,00	2,95%
Móveis e Utensílios	39.986.125,31	42.436.513,91	-5,77%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	86.376.209,42	86.069.971,90	0,36%
Veículos	20.414.175,11	20.589.348,89	-0,85%
Bens Móveis em Andamento	630.371,33	1.483.048,51	-57,49%
Armamentos	2,00	0	
Semoventes e Equipamentos de Montaria	95.449,58	167.306,58	-42,95%
Demais Bens Móveis	271.226,19	274.753,09	-1,28%
Depreciação / Amortização Acumulada	-44.380.933,22	-37.323.828,62	18,91%
Redução ao Valor Recuperável	0,00	-410.091,65	100,00%
Total	256.200.106,69	265.854.001,96	-3,63%

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 45,96% referem-se a Máquinas, Equipamentos e Ferramentas. Dentro do Grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas o valor mais relevante é referente a Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para uso Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar, totalizando R\$ 92.422.269,41, que representa 36,07% do total de bens móveis.

A maior variação até o terceiro trimestre de 2017 ocorreu com o grupo dos Bens Móveis em Andamento, explica-se pela transferência do saldo da conta transitória de Importações em Andamento para as contas de Bens Móveis definitivas por ocasião da regularização da situação de bens adquiridos através de importação.

No primeiro semestre de 2017 foram realizados ajustes contábeis decorrentes do trabalho de inventário/reavaliação. Estes ajustes foram os responsáveis por variações dos saldos de Bens Móveis como os Semoventes e Equipamentos de Montaria, que sofreram redução de 42,95%



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

quando se compara o saldo ao final do mês de setembro de 2017 com dezembro de 2016. Os demais grupos não sofreram variações relevantes no período.

O total do valor registrado de Redução ao Valor Recuperável ao final do exercício de 2016 decorre de registros contábeis das unidades do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC). Durante o segundo trimestre de 2017 foi efetuada a baixa deste valor. Isto ocorreu porque, os bens que sofreram redução ao valor recuperável foram alienados em exercícios anteriores. A contrapartida deste registro foi a diminuição do valor da conta de bens móveis pela apuração do valor líquido contábil com a baixa do valor de redução ao valor recuperável.

7.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão em 30/09/2017 totalizavam R\$ 800 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 4 - Bens Imóveis – Composição.

	30/09/2017	31/12/2016	R\$ AH(%)
Bens de Uso Especial	691.124.296,10	679.494.782,19	1,71%
Bens Imóveis em Andamento	115.928.403,42	112.883.497,25	2,70%
Instalações	398.233,96	203.138,00	96,04%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-3.444.822,32	-960.615,71	258,61%
Total	804.006.111,16	791.620.801,73	1,56%

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 86% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 691 milhões em 30/09/2017 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode-se observar na tabela a seguir.

Durante o terceiro trimestre de 2017 foram realizadas reclassificações de bens imóveis. Os bens classificados na conta Outros Bens Imóveis de Uso Especial foram transferidos para a conta Imóveis de Uso Educacional. Esta alteração foi feita conforme orientação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e teve como objetivo reclassificar bens que se encontravam registrados em contas genéricas do tipo “outras”.

Tabela 5 - Bens de Uso Especial – Composição

	30/09/2017	31/12/2016	R\$ AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	5.489.200,01	5.489.200,01	0,00%
Terrenos, Glebas	198.290.627,96	198.525.257,50	-0,12%
Imóveis de Uso Educacional	453.134.868,38	383.870.320,01	18,04%
Edifícios	26.449.934,73	26.449.934,73	0,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais	6.275.811,15	6.275.811,15	0,00%



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.483.853,87	58.884.258,79	-97,48%
Total	691.124.296,10	679.494.782,19	1,71%

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

7.3 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Universidade Federal do Ceará tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e no Manual de Gestão Patrimonial do Órgão, disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

7.4 Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

7.5 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

7.6 Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.



7.7 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

7.8 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

A tabela a seguir detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante os três primeiros trimestres de 2017 que tiveram como contrapartida contas do ativo imobilizado.



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

Tabela 6 - Ajustes de Exercícios Anteriores – Ativo Imobilizado

Descrição da Movimentação		VALOR
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB HOSP E	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-750,00
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS E	AJUSTE REFERENTE A DIVERGENCIA DE VALORES DAS ADICOES REGISTRADAS EM VIRTUDE DO INVENTARIO, REALIZADO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014.	45.302,00
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS E	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-500,00
EQUIPAMENTOS DE DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE DE	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-3.500,00
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-5.950,00
MOBILIARIO EM GERAL	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DE 269 RACKS DE INFORMATICA. NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 O VALOR DOS BENS FOI INFORMADO COM O ERRO. O VALOR FOI CORRIGIDO NO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL (VALOR CORRETO DO AJUSTES DE REAVALIACAO: 291.832,11, VALOR CONSTANTE NA PLANILHA INICIAL: 3.006.132,11).	-2.714.300,00
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-236.667,42
ARMAMENTOS	AJUSTE REFERENTE A DIVERGENCIA DE VALORES DAS ADICOES REGISTRADAS EM VIRTUDE DO INVENTARIO, REALIZADO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014.	2,00
SEMOVENTES	CORRECAO DOS VALORES BAIXADOS A MAIOR NO ANO DE 2016.	2.200,00
OUTROS BENS MOVEIS	REAVALIACAO DE BENS LOCALIZADOS DURANTE A REALIZACAO DE INVENTARIO, FEITO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014, EM VIRTUDE DO CONTRATO: 07/2014. OS BENS ENCONTRAVAM-SE BAIXADOS NO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL E NO SIAFI.	11.508,41
OBRAS EM ANDAMENTO	BAIXA DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO REFERENTE A BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET EM 2016 E NÃO BAIXADOS NA OCASIÃO.	-2.861.238,19



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO		6.649,12
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		6.500,37
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB HOSP	E	44.169,69
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES		31.384,78
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	DE	1.279,69
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS		9.201,40
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	E	26.356,30
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS		369,00
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS		126,5
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS		204.965,67
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	DE	843.067,25
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS		7.153,55
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO		2.854,26
MOBILIARIO EM GERAL		29.605,41
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	PARA	22.986,59
TOTAL		-4.527.223,62

CORRECAO DOS REGISTROS DE BAIXAS DE BENS DOADOS A SOCIEDADE DE ASSITENCIA A MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIANT (SAMEAC), CONFORME PROCESSO: 019650/2014-63. NA OCASIAO DA BAIXA, REALIZADA EM JUNHO/2016, FOI UTILIZADO RELATORIO EMITIDO PELO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL QUE NAO INFORMOU CORRETAMENTE O VALOR DOS BENS REAVALIADOS.



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

8. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio do órgão.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017 foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis serão testados anualmente. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/09/2017, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 399.634,45 relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2016 e 30/09/2017.

Tabela 07 – Intangível – Composição.

	30/09/2017	31/12/2016	R\$ AH(%)
Software com Vida Útil Definida	0,00	77.806,25	-100,00%
Software com Vida Útil Indefinida	399.634,45	345.642,00	15,62%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	0,00	16.910,00	-100,00%
Amortização Acumulada	0,00	-77.806,26	-100,00%
Total	399.634,45	362.551,99	10,23%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

No intangível, destaca-se o item Software com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo. Comparando-se os valores ao final do terceiro trimestre de 2017 com o final do ano de 2016 percebe-se que foram baixados todos os valores referentes aos Softwares com Vida Útil Definida. Esse procedimento foi adotado em decorrência do processo de revisão dos valores



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

registrados no ativo intangível realizado no segundo trimestre de 2017. Todos os valores foram testados, através de processo de coleta de informações juntos às unidades que utilizam/utilizavam os Softwares. O quadro a seguir resume os registros contábeis efetuados em função do processo de revisão dos valores de softwares.

Tabela 08 – Intangível – Quando Resumo da Revisão de Valores do Intangível - Softwares

R\$

Tratamento Contábil	Valor
Baixa definitiva do Ativo Intangível – Softwares com Vida Útil Definida totalmente amortizados sem expectativa de geração de benefícios futuros	27.614,80
Softwares com vida Útil Definida reclassificados para Vida Útil Indefinida	50.191,45
Baixa definitiva do Ativo Intangível – Softwares com Vida Útil Indefinida sem expectativa de geração de benefícios futuros	3.999,00
Softwares com Vida Útil Indefinida que permaneceram inalterados	349.443,00

Fonte: SIAFI, 2017

8.1 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Órgão avaliou, durante o segundo trimestre de 2017 os ativos do intangível para identificar se havia indícios de não recuperação do seu valor contábil. Durante o processo de revisão não foram identificados Softwares em situação de imparidade.

8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. Durante o primeiro trimestre foram baixados valores registrados no intangível referente a Marcas e Patentes Industriais em Contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores. Os ajustes totalizaram R\$ 16.910,00 e ocorreram porque os valores que haviam sido contabilizados neste grupo eram referentes a despesas de manutenção de patentes, indevidamente registradas como Ativo Intangível durante o ano de 2016. O quadro a seguir apresentam os registros decorrentes da revisão dos ativos intangíveis que tiveram como contrapartida a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores.

Tabela 09 - Ajustes de Exercícios Anteriores – Ativo Intangível - Softwares

Conta Contábil	Descrição da Movimentação	VALOR	
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICACAO DE ATIVO INTANGIVEL - SOFTWARE (DE VIDA UTIL DEFINIDA PARA VIDA UTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISAO DOS ATIVOS INTANGIVEIS E MEMORANDO 044/2017/DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA/FACULDADE DE MEDICINA.	3.900,00
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICACAO DE ATIVO INTANGIVEL - SOFTWARE (DE VIDA UTIL DEFINIDA PARA VIDA UTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISAO DOS ATIVOS INTANGIVEIS E MEMORANDO 044/2017/DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA/FACULDADE DE MEDICINA.	38.635,38



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL - SOFTWARE (DE VIDA ÚTIL DEFINIDA PARA VIDA ÚTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS E MEMORANDO 037/2017/POS GRADUAÇÃO EM BIOQUÍMICA	3.581,07
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL - SOFTWARE (DE VIDA ÚTIL DEFINIDA PARA VIDA ÚTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS E MEMORANDO 011/2017/MAUC	4.075,01

Fonte: SIAFI, 2017

9. Pessoal a Pagar - Curto Prazo

Estes valores são decorrentes do registro por competência de Provisões para pagamento de Décimo Terceiro e Férias a Pagar. Os valores a pagar referentes a provisão de 13º salário estão zerados em 2016, pois, são pagos integralmente até dezembro do exercício voltando a serem provisionados no início de 2017. Até setembro de 2017 foi reconhecido o montante de aproximadamente 62 milhões referente a provisão de 13º salário e 11,3 milhões referentes a férias a pagar.

10. Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/09/2017, o Órgão apresentou um saldo em aberto de R\$ 17.128.176,48 relacionados com fornecedores e contas a pagar. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

(R\$)

	30/09/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	17.128.176,48	10.081.703,33	69,89%
Nacionais	17.126.576,48	10.081.703,33	69,88%
Estrangeiros	1.600,00	0,00	
Total	17.128.176,48	10.081.703,33	69,89%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A totalidade dos fornecedores e contas a pagar é composta por compromissos de curto prazo e pelo item Credores Nacionais. O valor de R\$ 1.600,00, pendente de pagamento ao final do mês de setembro de 2017 também se refere a credores nacionais. Durante o registro contábil, houve um equívoco na utilização da conta contábil do passivo.

Na tabela a seguir são apresentados os valores de fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante na data base de 30/09/2017.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

(R\$)

Unidade Gestora	30/09/2017	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	10.423.128,40	60,85%
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO	4.635.180,44	27,06%
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	2.069.867,64	12,08%
Total	17.128.176,48	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017.

A Unidade Gestora Universidade Federal do Ceará apresentou o maior volume de obrigações com fornecedores e contas a pagar ao final do mês de setembro/2017, 60,85% do total.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 10 fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/09/2017.



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

		(R\$)
	30/09/2017	AV (%)
ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	1.527.380,64	8,92%
CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	1.448.290,50	8,46%
SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA.	1.220.756,44	7,13%
SERVIARM SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	1.219.813,34	7,12%
PR3 COMERCIO E SERVICOS DIGITAIS LTDA - EPP	899.912,72	5,25%
CONSTRUTORA PORTO LTDA - EPP	814.577,49	4,76%
MULTEMPREX COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTACAO, EVENTOS	645.606,33	3,77%
2MM ELETRO TELECOMUNICACOES COMERCIO REPRESENTACAO LTDA	442.068,74	2,58%
ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENCAO E INST	341.624,61	1,99%
NIHON KOHDEN BRASIL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO D	309.999,94	1,81%
Demais	8.258.145,73	48,21%
Total	17.128.176,48	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017.

Dos valores devidos aos fornecedores, os dez maiores valores representam metade do montante devido. Dessa relação, com exceção da SERVAL Serviços e Limpeza LTDA e NIHON KOHDEN Brasil Importação, Exportação e Comércio, todos os outros fornecedores são credores da Unidade Gestora Universidade Federal do Ceará - UFC, perfazendo 51,79% do montante devido por este Órgão.

Os valores pendentes de pagamentos aos fornecedores: ISM Gomes de Matos, Criart Serviço de Terceirização de Mão de Obras Ltda, Serval Serviços e Limpeza Ltda, Serviarm Serviço de Vigilância, Construtora Porto Ltda EPP, ENGEMIL – Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações e NIKON KOHDEN Brasil, Importação e Exportação e Comércio, dizem respeito às liquidações realizadas durante o mês de setembro de 2017 que até 30/09/2017 estavam aguardando descentralização de recursos financeiros para pagamento.

Encontram-se pendentes há longa data:

- PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda - EPP: Os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o Registro de Preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para Auditórios, Anfiteatros, Concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União, em face de trabalho de auditoria;
- MULTEMPREX Comercio e Serviços de Alimentação, Eventos: Os valores em aberto são decorrentes da Dispensa de Licitação nº 83/2011, cujo objeto foi a contratação de empresa para o fornecimentos de refeições. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso para que o crédito em favor da empresa seja utilizado para abater dívida da mesma apurada em decorrência de processo de tomada de contas especial nº 017.774/2012-35 e recomendação feita pela Controladoria Geral da União, em face de trabalho de auditoria; e
- 2MM ELETRO TELECOMUNICACOES COMERCIO REPRESENTACAO LTDA.: O valor de R\$ 442.068,74 refere-se a serviços de Manutenção Predial, prestados no período de maio a julho de 2014 que foram objeto de reconhecimento de dívida através do processo nº 11454/2015-21.

11. Pessoal a Pagar - Longo Prazo

As obrigações relativas a pessoal pendentes de pagamento a longo prazo são referentes a Precatórios. Os valores deste grupo representam aproximadamente 48% do Passivo Exigível. Não houve variação dos valores deste grupo no exercício de 2017.

12. Ajustes de Exercícios Anteriores



Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

Os valores mais relevantes movimentados nesta conta no primeiro trimestre foram decorrentes dos seguintes eventos: 1) Baixa de Valores referentes a adiantamentos de transferências voluntárias, registradas no Ativo em exercícios anteriores, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº 1320/2017. Os valores referentes as transferências voluntárias passaram a ser registrados em contas de controle. O Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta 237110300 - AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES DA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS para a conta 237110201 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA) no valor de R\$ 24.832.481,42; 2) Ajuste decorrente do valor de reavaliação registrado a maior durante o ano de 2016 no valor de R\$ 2.714.300; 3). Não houve movimentações relevantes no 2º trimestre de 2017. A Tabela a seguir detalha melhor a movimentação de ajustes de exercícios anteriores durante os três primeiros trimestres de 2017:

Tabela 13 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Resumo

Ajustes de Exercícios Anteriores – Resumo	
Descrição do Lançamento	Valor
Saldo Inicial	(24.832.481,42)
Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES DA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS para a conta SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA)	23.260.441,14
Baixa de Valores referentes a adiantamentos de transferências voluntárias, registradas no Ativo em exercícios anteriores, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº 1320/2017. Os valores referentes as transferências voluntárias passaram a ser registrados em contas de controle	(6.751.850,82)
Contrapartida da baixa de valores de Obras em Andamento referente a obras concluídas e registradas no Sistema de Gestão de Bens Imóveis da União(SPIUNET) em 2016 sem a devida baixa da conta de Obras em Andamento	(2.861.238,19)
Ajuste do valor de reavaliação de bens imóveis (Mobiliário em Geral) que havia sido registrada de forma equivocada em exercícios anteriores	(2.714.300,00)
Baixa de valores do ativo referentes a créditos decorrentes de pagamentos indevidos, apurados no âmbito de Tomada de Contas Especial (TCE) ainda não julgados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por conta da mudança de política contábil, conforme Manual SIAFI - Macrofunção SIAFI 021138. Os créditos desta natureza passaram a ser reconhecidos em contas de controle até que ocorra o julgamento pelo TCU das contas objeto da TCE.	(2.380.286,27)
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	3.023.340,45
Saldo ao final do terceiro trimestre de 2017	(13.256.375,11)